



## Brasil real, Brasil oficial: Romantismo e insurreições – “na marcha do navio intervém a mão do piloto”<sup>1</sup>

*Real Brazil, official Brazil: Romanticism and insurrections – “the pilot’s hand intervenes in the ship’s march”?*

### Dossiê

Vagner Leite Rangel\*

ORCID: 0000-0003-4163-235X

E-mail: vagnner.rangel@gmail.com

Recebido: 18/09/2022

Aprovado: 05/01/2023

### Resumo:

A ascensão do Romantismo interessa ao estudioso do século 21 à medida que se busca compreender seu movimento em vista da situação política nacional: estaria a geração de 1836 interessada em parar o carro da revolução liberal ou pô-lo de fato em desenvolvimento, para que se alcançasse, por meio da agitação pública, o bem-estar material no início do Oitocentos? Compreender os valores dessa geração romântica é crucial para melhor ponderação do sistema literário posterior ao Romantismo brasileiro. Se pensarmos a partir das próprias palavras do poeta de *Ocidentais*: “Se já dei flores um dia, quando rapaz, as que ora dou têm assaz Melancolia” (ASSIS, 1962, p. 174). Ora, antes da suposta desilusão, vertida na clássica divisão das fases de Machado de Assis, parece ter havido algum investimento autoral, por meio das letras, no projeto de expansão para dentro do Brasil oficial, conforme se nota em *Ressurreição* (1872) – o primeiro romance machadiano. Afinal, como explicar o campeonato de virtude que há neste romance? Se demonstrou, desde jovem, consciência acerca dos Brasis, o real e o oficial, por que seu primeiro romance estaria de acordo com a moral e os bons costumes do Brasil oficial? A revisão da ascensão romântica no Brasil interessa à medida em que se busca saber a relação de *Ressurreição* com o sistema literário arraigado em valores indispensáveis para formação do leitor da época: a religião, a família e o patriarca. Com isso, espera-se contribuir para melhor compreensão do romance de estreia do autor.

### Palavras-chave:

Século 19. Brasil. Romantismo. Machado de Assis.

---

1. Título baseado em duas observações da época: a primeira, datada de 1836, está em “Considerações econômicas sobre a escravatura”, de Torres Homem (1836, p. 47), segundo volume da revista *Niterói*; a segunda, em *Diário do Rio de Janeiro*, nos “Comentários da Semana”, trinta anos depois, exatamente em 29 de dezembro de 1861, de Machado de Assis, ao perceber as nuances da realidade nacional: “O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco” (ASSIS, 2015, p. 44).

\* Doutor em Literatura Brasileira pela UERJ, professor de Língua Materna e Estrangeira pelas Secretarias de Educação do Estado do Rio de Janeiro e do Município da Cidade do Rio de Janeiro.

## Abstract:

The rise of Romanticism interests the 21st century scholar as one seeks to understand its movement in view of the national political situation: was the generation of 1836 interested in stopping the liberal revolution or actually setting it in motion, in order to achieve, through public agitation, material well-being in the early 1800s? Understanding the values of this romantic generation is crucial for a better understanding of the literary system after Brazilian Romanticism. If we think from the words of the poet of *Ocidentais*: “If I have given flowers one day, as a boy, the ones I give now are rather melancholy”. Now, before the supposed disillusion, expressed in the classic division of Machado de Assis’ phases, there seems to have been some authorial investment, through letters, in the project of expansion into the official Brazil, as we can see in *Resurreição* (1872) – Machado’s first novel. After all, how to explain the championship of virtue that exists in this novel? If he demonstrated, since a young age, conscience about both Brazils, the real and the official one, why would his first novel be in agreement with the morals and good manners of the official Brazil? The review of the romantic rise in Brazil is of interest to the extent that we seek to know the relationship of *Resurreição* with the literary system rooted in values that were indispensable to the formation of the reader of the time: religion, the family and the patriarch. With this, we hope to contribute to a better understanding of the author’s debut novel.

## Keywords:

19th century. Brazil. Romanticism. Machado de Assis.

*Se não tomarmos alguma providência que proteja os interesses da agricultura, única indústria do Brasil, ficaremos bem depressa reduzidos à classe de proletários.*  
Rodrigues Torres

*O Estado imperial deveria empreender uma expansão para dentro, de modo permanente e constante, indo ao encontro dos brasileiros que forjava.*  
Ilmar Rohloff de Mattos

*A arte é uma função social, não uma criação individual, a arte será o que a sociedade a fizer, por isso que a sociedade começa por aperfeiçoar o artista. O que for a sociedade do porvir isso será a arte, que envolve com ela e que lhe há de ser relativa e correlativa.*  
José Veríssimo

Com o advento da Independência, a geração de 1836 proclamou o Romantismo, com o propósito de contribuir, artística e pedagogicamente, com a marcha da civilização brasileira, então, como se sabia sobejamente, em bastante defasagem se comparada às civilizações europeias.

Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003), pode-se dizer que a geração de 1836 dançaria conforme a música oitocentista, porque as Luzes mitigadas do movimento de ilustração português engendraram, no Brasil, um liberalismo igualmente mitigado: na prática, filhos da revolução, mas não necessariamente herdeiros do ímpeto revolucionário. Assim, em vez de a Ilustração induzir o homem de letras à conclusão de que a alteração radical das bases sociais seria indispensável para o bem-estar material, ele se afastaria da proposta revolucionária e, ao mesmo tempo, aproximar-se-ia da proposta reformista (NEVES, 2003).

Por essa e outras razões, como a formação da inteligência nacional na antiga metrópole, as Luzes mitigadas tornaram-se, no Brasil, o ponto de partida do processo de independência política. Mas seu predomínio, na cultura oitocentista, não se efetiva sem disputa ideológica – muito pelo contrário: segundo os historiadores, de corcundas a constitucionais, o debate, público e

político, tornou-se prática corrente entre aqueles que estavam às voltas com o tipo de governo (monarquia absolutista ou monarquia constitucional) que o país deveria adotar se a iminência da separação política, por causa das arbitrariedades da metrópole, se concretizasse. Por isso, os anos que antecederam 1822 foram conturbados. De acordo com Neves (2003, p. 257), “a vitória do constitucionalismo instaurou no Brasil uma nova linguagem política, inspirada na crença dos princípios liberais. Uma linguagem que transformava a palavra em coisa pública, em oposição à política secreta do Antigo Regime”. Com isso, não só os políticos de profissão tornam-se figuras públicas proeminentes, mas igualmente os jornais, como veículos de comunicação e debate franco, e as figuras interessadas no debate acerca da pátria.

Uma dessas figuras é Monte Alverne – baluarte da primeira metade do Oitocentos, mentor intelectual de Gonçalves de Magalhães. Em 25 de março de 1831, Alverne, apropriando-se da palavra transformada em coisa pública, faz o seguinte pronunciamento devido à celebração do aniversário da Constituição, na igreja de São Francisco de Paula, no centro do Rio de Janeiro:

É uma injustiça estigmatizar as revoluções com o ferrete do crime. [...] Consultando os monumentos, [...] a filosofia assinala com segurança a causa destas comoções violentas, que têm sacudido as gerações, e tantas vezes penetrado de dor o Universo. Há um instinto de felicidade, que levanta sua voz poderosa no seio dos povos, assim como impera em cada um homem. Esta expansão de magnanimidade, estas inspirações de heroísmo, esta missão, que faz aparecer nos mais soberbos teatros esses personagens destinados a marcar um período nos fastos do gênero humano, lança igualmente na arena as diferentes frações da sociedade, que, instruídas pela reflexão, e estimuladas por sua própria dignidade, conquistam com os mais duros sacrifícios estas imunidades legítimas[...] A independência do Brasil seria incompleta sem a destruição do despotismo. A queda do despotismo justificava o nobre movimento dum povo, que soube sentir e provar que não se construíra para de novo escravizar-se. [...] Um governo miseravelmente opressor abafava toda a efusão do amor da pátria, comprimia todos os voos do gênio. Era um delito pensar nobremente: era um atentado estender a esfera dos conhecimentos humanos. Os caminhos da literatura, das artes, da indústria, dos altos graus militares estavam completamente obstruídos. (ALVERNE, 1831 apud CANDIDO; CASTELLO, 1976, p. 201-202).

Trecho extenso, mas igualmente pertinente pela intrepidez do orador. Atente-se para a referida data, 1831 – cinco anos antes da publicação da revista *Niterói* –, quando um dos grandes nomes da época, discursando em favor da marcha da civilização brasileira, considerava a arte e a literatura como partes essenciais, assim como a indústria e as forças armadas, para o engrandecimento pátrio.

Nesse contexto, a despeito da discordância entre as elites, dos inúmeros apelidos para marcar o conflito entre eles, há algo em comum na cultura político-econômica da elite: “O principal esforço direcionava-se no sentido de introduzir reformas mais do que criar e patrocinar revoluções” (NEVES, 2003, p. 167; grifo nosso). Por isso, a geração de brasileiros, sobretudo a formada em Coimbra, que dominava a administração pública do mundo luso-brasileiro, “[...] precisava acomodar os novos interesses com o café e com os literatos de formação nativa” (ARAÚJO, 2008, p. 118). Assim, as Luzes mitigadas encontraram terreno fértil no país, pois ajustavam-se aos interesses dos corcundas (conservadores) e dos constitucionais (radicais), tendo papel considerável na formação da inteligência nacional oitocentista, seja por influência daqueles que fazem parte da elite dirigente propriamente dita, seja por influência dos representantes de tal interesse, como nos parece ser o caso da geração romântica de 1836, cuja proposta não é outra senão introduzir mais uma reforma, dessa vez nas artes, mas igualmente útil aos interesses das elites do país, pois nosso Romantismo afastar-se-á de qualquer tipo de ideia revolucionária.

Mas, com a intenção de contribuir com tais objetivos, a primeira geração romântica, em busca de afirmação autóctone, participará desse debate, público e político, porque “Transformada em processo, a literatura assume papel de horizonte de totalidade, como a dimensão capaz de produzir e preservar a identidade de uma comunidade ao longo do tempo e do espaço” (ARAÚJO, 2008, p. 121). Essa identidade nacional passa a ser produzida a partir do processo da independência. Assim, defendendo com todas as letras uma arte nacional que pudesse contribuir com a formação da sociedade brasileira, a geração de 1836 anuncia ao leitor da época o seu intento:

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso e riqueza das nações, ocupará importante lugar na Revista Brasiliense. As Ciências, a Literatura Nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. (MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE, 1978).

Pressupondo ser uma das mãos que poderia intervir na marcha do navio, a geração de 1836 contribuirá com “O Estado imperial [que] deveria empreender uma expansão para dentro, de modo permanente e constante, indo ao encontro dos brasileiros que forjava” (MATTOS, 2004, p. 736). Daí, nas palavras de José Veríssimo (1998, p. 20), “o propósito manifesto de fazer uma literatura nacional e até uma cultura brasileira”. Mas, como dizíamos, as luzes da independência brasileira eram mitigadas, o que significa “[...] que o meio para atingir seus objetivos consistia na adoção de medidas de caráter cultural e, particularmente, pedagógico. É que, inseridos no [...] Antigo Regime, [...] esses homens não puderam deixar de considerar a religião como um dos esteios do Estado” (NEVES, 2003, p. 32), a fim de que à religião coubesse o papel de transformação dos indivíduos em cidadãos de bem, isto é: cristão, monarca e patriota. Daí que, mesmo sendo influenciado por um Monte Alverne, que defende a violência da população como forma de autodefesa em meio à ação de elites nacionais exportadoras dos recursos pátrios, Gonçalves de Magalhães, avalia as insurreições negativamente, conferindo-lhes um caráter negativo, relativo à má influência do 1879 francês. Em seu lugar, propõe a religião como parte do processo civilizatório do país. Com isso, o homem de letras posterior à independência hasteia as bandeiras da pátria, do soberano e da religião. Nas palavras dos autores da *Niterói*: “[...] desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo o que é justo, santo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização, e tocar ao ponto da grandeza, que a Providência lhe destina” (MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE, 1978).

Ao mesmo tempo em que os grandes homens se enchiam de esperança em relação ao futuro do país, a massa da população também nutria suas próprias esperanças em relação à independência:

Aos olhos da população nativa mestiça, a Independência significava sobretudo a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso à Universidade de Coimbra e ao clero superior. Abolir as diferenças de cor branca, preta e parda, oferecer iguais oportunidades a todos sem nenhuma restrição era o principal ideal das massas mestiças que viam nos movimentos revolucionários a oportunidade de viverem em ‘igualdade e abundância’. Para estas, a Independência configurava-se como uma luta contra os brancos e seus privilégios. (COSTA, 2007, p. 36).

Há, portanto, um conflito de interesses entre as esperanças do Brasil real (o povo) e os interesses do Brasil oficial (as elites locais). Não por acaso estes estavam às voltas com a aplicação do referido Iluminismo mitigado, isto é, o abrandamento da influência do Iluminismo no Brasil. À ideia de revolução, por sua vez, foi dada uma conotação negativa, pois ia ao encontro do Brasil

real e, ao mesmo tempo, de encontro às aspirações do Iluminismo mitigado das elites. Como se vê, chegou-se ao extremo oposto da ideia de revolução defendida por Monte Alverne. Como se sabe, os conservadores eram contrários à ideia de uma votação direta – o que significaria o reconhecimento da soberania popular –, ao passo que os radicais eram favoráveis à consolidação de uma instituição que emanasse da soberania popular. Assim, enquanto estes afirmavam a necessidade lógica de os brasileiros participarem da escolha de seus representantes políticos, os conservadores alegavam a falta de instrução da população, de modo que a massa do povo estaria, naquele princípio da história nacional, inapta ao exercício do que se chama atualmente de cidadania, então restrita a algumas classes sociais.

Alfredo Bosi (2012), no entanto, defende a tese de que nenhum partido estaria realmente interessado na participação popular, uma vez que: “O direito de cidadania vinculava-se à renda do eleitor. Nem o liberalismo exaltado dos separatistas nem o liberalismo conservador dos partidários de um poder central dispunham-se a dar direito de voto à massa da população pobre” (BOSI, 2012, p. 225-226). Ao cabo, foram escolhidas as eleições indiretas. E a lei eleitoral da época, por representar juridicamente o interesse do Brasil oficial, passava ao largo das expectativas do Brasil real. E a ausência da população na eleição de seus representantes foi justificada com base num critério que vetava a participação daqueles que desconheciam o Iluminismo, tornando-os desprovidos de virtudes indispensáveis ao exercício da cidadania: “No Brasil, [...] não havia uma ‘população homogênea em que estão difundidas as luzes e as virtudes sociais’” (apud FAUSTO, 1995, p. 134). Para remediar o problema, instrução pública daqueles que não podiam se dedicar aos estudos:

O amor ao país, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa, que, excetuando a pouca glória, [...] nenhum outro proveito lhes funde. Há muito reconheciam a necessidade de uma obra periódica, que [...] os acostumassem a refletir sobre os objetos do bem comum, e da glória da pátria. (MAGALHÃES; ORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE, 1978).

Enquanto isso, o povo, que não participara da primeira eleição do Brasil independente (devido à falta de ilustração), ficaria, no geral, igualmente de fora do texto constitucional, pois não haveria maiores referências ao grosso da população na Constituição de 1824 (NEVES, 2003). Ao considerarmos tal desfecho sob a advertência do autor de *A riqueza das nações*, não haveria motivos para espanto, porque, segundo Adam Smith (1983), “O governo civil, na medida em que é instituído para garantir a propriedade, de fato, o é para defesa dos ricos contra os pobres, ou daqueles que têm alguma propriedade contra os que não possuem propriedade alguma” (SMITH, 1983, p. 167). Nesse sentido, segundo Darcy Ribeiro (2006), a exclusão do Brasil real do projeto político do Brasil oficial não seria obra do acaso, mas consequência. As elites, com divergências entre si, são concordes em relação à capitação do Estado Nacional para promoção de seus interesses de classe, de modo que a independência jurídica não se transformaria em independência política, a fim de garantir a soberania nacional, porque a efetiva emancipação do país não era a menina dos olhos da elite, afastando-os, a cada novo século (como estamos testemunhando), de um projeto de construção do país que se pautasse pela defesa do bem-estar social da população brasileira, e não de bocado de famílias, criando assim novas sesmarias Brasil afora.

A prova dos nove dessa análise, que tem ar apocalíptico, parece ser a própria realidade brasileira contemporânea: da empresa agromercantil exportadora ao agronegócio do século XXI, a posição do país na divisão internacional do trabalho permanece intocável. Por essa razão, não espanta que, com a independência política, a realidade brasileira, então baseada em três séculos de colonização por meio do regime latifundiário, produtor feroz da acumulação primitiva do

capital em favor das classes dominantes, passaria por mudanças estéticas – como a arquitetura da casa grande, à qual é acrescida a dos sobrados e mucambos –, mas ela não mudaria, da noite para o dia, por força da Constituição.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for, deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. [...] Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e ‘trabalho’, foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, ‘este ano’. Na realidade, os métodos de acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos. (MARX, 2017, p. 785-786).

Talvez um dos exemplos mais contundentes dos métodos de acumulação primitiva, no Brasil oitocentista, seja a escravidão, então motor da economia do país. A propósito, vale a leitura de dois testemunhos coetâneos: Torres Homem, um dos autores da *Niterói*, e Joaquim Nabuco, autor de *O Abolicionismo*:

Mas é doloroso espetáculo para os amigos do país, que ao mesmo passo que os paixões generosas, ou interesses bem calculados da indústria militam açodadamente para o termo definitivo da servidão, seja o Brasil assinalado como um dos países recalcitrantes, onde o tráfico de Africanos continua à escala vista, mediante um contrabando, que renunciamos a qualificar.[...] No fim de contas porém, e a despeito de todos os obstáculos, o carro tem de passar, e tem de passar, porque obedece em seu curso a uma lei infinitamente mais forte, que a vontade dos recalcitrantes, a Lei do progresso, e da civilização; somente em vez de levá-los por diante, pode abalroá-los com as suas rodagens. A história diz que as grandes reformas se hão feito no mundo, não só a despeito, mas à custa dos que para elas se não achavam preparados. (TORRES HOMEM, 1836, p. 38-39). Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar. (NABUCO, 1977, p. 69).

A geração de 1836 é claramente crítica à posição das elites nacionais. O regime escravocrata seria incompatível com a construção da civilização brasileira. Em vez de estimular o ser humano à superação das limitações materiais impostas pela natureza, a escravidão leva-o à degeneração de sua capacidade industrial. Esse fenômeno, segundo os autores, dar-se-ia tanto com o escravo quanto com o senhor de escravo. A análise de Torres Homem a propósito do assunto é de tirar o chapéu:

A mecânica prática dos antigos consistia essencialmente em um consumo espantoso de homens empregados como força muscular. Uma vez que o homem tem a sua discrição grande quantidade de outros homens a título de escravos, a necessidade de economizar tempo, e forças jamais se lhe apresenta ao espírito. É esta a razão, porque o uso das máquinas foi desconhecido de toda antiguidade, e porque em alguns países modernos a escravatura é insuperável empeço à introdução dessas engenhosas, e brilhantes filhas da civilização, que tão eficaz assistência prestam ao homem, enriquecendo-o de uma potência, que ele em vão procuraria nos seus órgãos físicos, ou que só poderia provir de número concurso de forças humanas. [...] Assim também que enorme distância entre o mundo antigo, e parte do mundo moderno sob o ponto de vista da produção de riquezas! [...] Mas bom é notar que não tem sido pelo desenvolvimento do poder corporal que as sociedades modernas hão feito maravilhas no campo da indústria, e porém sim pelo desenvolvimento do poder intelectual, o que lhes procura enérgicos auxiliares para a grande obra da transformação do globo. Ora incompatível com a escravatura é este gênero de desenvolvimento. Que incentivo levaria o escravo a dilatar a esfera de sua inteligência? Do outro lado que força há aí bastante para mudar de direção a marcha natural das coisas, que convida o senhor a votar depressa às artes mecânicas? (TORRES HOMEM, 1836, p. 44-48).

Mais claro impossível. Entretanto, ao considerarmos a referida advertência de Smith (1983) em relação ao governo civil, não parece exagero concluir que o projeto de expansão para dentro encarnaria o interesse do Brasil oficial, que impõem a todas as regiões do país, por meio do governo instituído, seus interesses de classe: independência política, ausência de participação efetiva da população, escravatura, religião oficial, a moderna noção de pátria amada e a palavra transformada em coisa pública. Do ponto de vista estético, a promoção do ideário indianista não deixa de ser uma forma de ocultar os conflitos reais da incipiente civilização brasileira, então às voltas com as graves crises do período regencial – crises, aliás, das quais nem mesmo as forças armadas escapavam. Muito pelo contrário: o Exército, por sua vez, estava em frangalhos:

Quando começou o período regencial, o Exército era uma instituição mal organizada, vista pelo governo com muita suspeita. Mesmo após a abdicação de Dom Pedro, o número de oficiais portugueses continuou a ser significativo. A maior preocupação vinha, porém, da base do Exército, formada por gente mal paga, insatisfeita e propensa a aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas. (FAUSTO, 1995, p. 163).

O governo então enxergava os baixos salários e as rebeliões urbanas como dois lados da mesma moeda: se a saída do imperador representara a vitória da classe dirigente brasileira, por outro lado, ela – a saída do imperador – também deixara um vácuo perigoso no poder, porque a falta da figura central, acrescida da insatisfação dos trabalhadores, poderia significar mais instabilidade política. Assim, pode-se dizer que a política econômica posterior à independência não estaria completamente desconectada da realidade brasileira, pois havia consciência da pauperização das condições de vida da população, aqui representada pela figura dos militares de baixa patente do Exército, quer dizer, dos próprios brasileiros empregados que poderiam facilmente aderir às rebeliões locais, então levadas a cabo pela população, por causa da pobreza – já um espectro que assombrava o Brasil real.

A preocupação do governo tinha bases materiais sólidas: a miséria do trabalhador brasileiro que “[...] reage ao longo de quase todo o país contra a estreiteza dessa independência, exigindo a expulsão dos agentes mais visíveis da velha ordem, que eram os comerciantes portugueses. A repressão mais cruenta o compele a submeter-se” (RIBEIRO, 2004, p. 230). Acrescente-se a tal receio das classes dominantes de perder um braço aliado na construção do Estado nacional, o fato anterior à abdicação de dom Pedro I, que aconteceu logo após a noite das garrafadas:

militares da maior importância, como os irmãos Lima e Silva – militares de cujas famílias nascerá o futuro Duque de Caixas – concordaram com a revolta. Assim, além dos baixos salários, os antecedentes levavam água ao moinho dos revoltosos. Para piorar o retrato do Brasil oficial, a economia do país, que entrara num período de recessão por causa da prosperidade precária dos ciclos econômicos exportadores, tornava a crise ainda mais grave para o grosso da população.

O temor do governo regencial estava longe de ser infundado. A partir daí, pode-se compreender, de uma perspectiva de classe, a criação de uma ferramenta política da maior importância para as classes dominantes: a Guarda Nacional – afinal, o exército, em seus primórdios, estava mais próximo do Brasil real do que do oficial. É que a criação da Guarda põe em prática o artigo 145 da Constituição de 1824: “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos.” Com base em José Murilo de Carvalho, pode-se concluir que a formação da Guarda Nacional seria uma das expressões da luta de classe em curso no país, porque

Nesse meio-tempo, na capital, liberais moderados, absolutistas, chamados de caramurus, e radicais, conhecidos como exaltados, organizados em sociedades à moda da maçonaria, disputavam o poder nas ruas, na imprensa e no Parlamento. Os moderados, no controle do governo, tiveram de enfrentar dois problemas, o da manutenção da ordem pública e o das pressões federalistas. Para lidar com o primeiro, licenciaram todas as praças do Exército na capital e criaram em 1831 a Guarda Nacional [...], na qual seja, colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários. (CARVALHO, 2012, p. 88-89).

Como braço armado dos filósofos da ordem, o objetivo da Guarda Nacional não foi outro senão pôr fim em dissidências para preservar a unidade do território nacional, bem como a propriedade privada daqueles que detinham os meios de produção, a fim de estabelecer o domínio de um projeto político de país sobre o(s) outro(s). Por isso, é correto afirmar que a expansão para dentro não se concretizou pacificamente, pois o período em questão é pródigo em insurreições no Brasil, porém o estado brasileiro foi capaz de manter-se integralmente. Ainda assim, mesmo contornando as ameaças à integridade do estado nacional, a revolução liberal brasileira, nos marcos do capitalismo tardio, jamais se efetivou por completo no país – a reforma agrária é exemplar, já que a posse da terra é central no sistema de produção capitalista –, de modo que a estrutura do velho regime colonial, ainda que sob o véu da independência política, pode permanecer intacta: “Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social” (SCHWARZ, 2000, p. 25). No Brasil, entretanto, a ordem social permanece inalterável:

Mantinha-se intacto o regime escravista. Tratava-se de organizar o país segundo as normas liberais divulgadas pela Revolução Francesa sem alterar, no entanto, a estrutura econômica e social, sem pôr em risco as relações de dominação tradicionalmente vigentes na sociedade. Não estava nas intenções destes “revolucionários” realizar as aspirações de outras camadas da população, pois o objetivo fundamental era emancipar o país do jugo colonial, isto é, da subordinação à metrópole e das restrições que prejudicavam o desenvolvimento do livre-comércio e marginalizavam os elementos nacionais em favor dos portugueses. Esperava-se que o soberano governasse em nome do povo e em nome do soberano governassem as oligarquias. (COSTA, 2007, p. 85).



Mas no plano cultural – empregava-se então a expressão “civilização” –, a coisa muda de figura: a independência jurídica impunha a transformação das referências culturais, já que a independência política tornara o país carente de outra independência, a do espírito nacional. E é aqui que a geração de 1836 começa a participar efetivamente dessa história: caberia então aos românticos a tarefa de conquistar mentes e corações dentro dessa mesma ordem, a fim de pôr em curso as modificações necessárias para o país ingressar – pelo menos em tese – no rol das civilizações modernas:

A economia política, tão necessária ao bem material, progresso, riqueza das nações, ocupará importante lugar na Revista Brasiliense. As Ciências, a Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria, e enchem de glória e de orgulho os povos, que as cultivam, não serão de nenhum modo negligenciadas. E desta arte, desenvolvendo-se o amor e a simpatia geral para tudo que é justo, santo, belo e útil, veremos a pátria marchar na estrada luminosa da civilização, e tocar ao ponto de grandeza, que a Providência lhe destina. (MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE, 1978).

Em vista dos objetivos deste estudo, interessa-nos relacionar a referida sobrevivência do Brasil ao teste da unidade territorial – revoltas regionais, conflitos urbanos e secessões – e a consequente manutenção de sua unidade política à ascensão do Romantismo brasileiro. Este, ao ascender num momento chave da história nacional em formação, parece colaborar com o projeto do Brasil oficial de expansão interna. Essa suposta colaboração da geração de 1836 dar-se-ia com a proposta romântica de edificação por meio da obra de arte como obra de edificação moral; evitando, desse modo, os referidos conflitos de classe, devido aos interesses antagônicos na própria formação da sociedade brasileira. Portanto, no meio da tormenta regencial, a geração de 1836 propõe, no plano pedagógico e cultural, uma espécie de terceira via, a da conciliação e resolução dos conflitos no porvir. Sabe-se que, esteticamente, o negro e o mestiço, então partícipes da construção do país, cedem espaço à figura do indígena, que tematiza o encontro entre as raças, subjugando, no mesmo plano estético, a figura mestiça, negra e feminina de lado, o que vai ser o carro-chefe de outras escolas literárias.

Como não há bem material sem política econômica adequada a tal objetivo, o bem-estar material vem em primeiro lugar, para só então se pensar em glória e orgulho nacional. Com outras palavras, a referida citação da geração de 1836 está de acordo com a tese defendida por Monte Alverne, na oração de ação de graças: um governo que descuida da população colhe como consequência o desprezo do cidadão. Essa aproximação da advertência dos românticos com a oração de Monte Alverne é mais temática do que real, embora Gonçalves de Magalhães, por exemplo, fosse próximo do religioso. Por outro lado, se a ascensão do Romantismo pátrio não chega a ser um grande acontecimento no período regencial, ela, ainda assim, revela que o homem de letras não estaria por fora dos acontecimentos nacionais e do intenso debate acerca da nossa independência. Muito pelo contrário, segundo Antônio Amora (1977, p. 76), “[...] a autoconfiança e a euforia patriótica [...] acabaram por contagiar [...] jovens intelectuais, que [...] começaram a se empenhar numa reformulação nacionalista (e romântica, por força da moda) de nossos ideais de cultura e de nossa atividade intelectual, literária e artística”. Com isso, “o Brasil assumia a responsabilidade de seu destino, e partia para a busca de suas próprias soluções políticas, sociais e culturais” (AMORA, 1977, p. 76). Na cultura, que é o campo que mais nos interessa aqui, o Romantismo, ao colocar o país em primeiro plano, vai se dedicar à sua compreensão, bem como à divulgação de tais ideias acerca do progresso da civilização brasileira. Do interesse romântico pela matéria nacional, passando pela sua compreensão, até a preocupação com a divulgação dessa mesma matéria refletida, pode-se entender o motivo da revista *Niterói* da seguinte maneira:

[...] de um lado, compreender e fazer compreender a realidade brasileira, principalmente naquilo que essa realidade tinha de mais original e de mais promissor em matéria de cultura; de outro lado, compreender e fazer compreender a revolução nacionalista que se promovia no Brasil, e nesta ordem de ideias, oferecer, a essa revolução, rumos que a eles, jovens intelectuais, pareciam ser os mais fecundos. (AMORA, 1977, p. 86).

Com a política de expansão interna, iniciava-se um movimento interessado na promoção e atualização da cultura nacional, então amplamente baseada nos clássicos. A propósito, Porto Alegre, um dos românticos da geração de 1836, numa conferência do Instituto Histórico de Paris em 1834, afirmou que “o entusiasmo pela Literatura, pelas Ciências e as Artes, era geral” (PORTO ALEGRE, 1834, apud AMORA, 1977, p. 88). Maria Orlanda Pinassi (1998), no entanto, ressalta que a euforia seria insuficiente, porque era preciso transformar o entusiasmo em convencimento da classe dominante brasileira, então mais preocupada com os ganhos materiais do que com o espírito nacional. Sob tal ângulo, a ascensão do Romantismo, ao coincidir com a gravidade do momento, interessa à medida que se busca compreendê-la em vista da situação política nacional: parar o carro da revolução liberal – na expressão de Bernardo Vasconcellos (1957 apud COSTA, 2007, p. 95) – ou pô-lo de fato em desenvolvimento, a fim de que se alcançasse, por meio da agitação pública, o bem-estar material para os brasileiros? Dessa perspectiva, então sobejamente declarada por um dos filósofos da manutenção da ordem, perguntamo-nos: qual seria a posição da geração de 1836? E o mais importante: o que tal posição, em termos políticos, poderia vir a significar no sistema literário forjado por eles? A questão que nos interessa trazer à tona aqui é saber se podemos separar a função social da arte – sobretudo aquela proposta pela geração de 1836 – de uma função partidária que diz respeito àquele momento, específico e de formação, do Brasil.

O primeiro exemplo do interesse político-partidário da literatura romântica: Gonçalves de Magalhães, ainda que no exterior e num prefácio de um livro de poesias, não se furta a fazer análise da conjuntura política brasileira naquele julho de 1836, tornando ainda mais estreita a relação entre política e literatura, adentrando em “[...] uma zona onde a literatura confina com a política, sem que as separe uma linha muito nítida” (HOLANDA, 1986, p. 13):

Tu vais, ó livro, ao meio do turbilhão em que se debate nossa pátria; onde a trombeta da mediocridade abala todos os ossos, e desperta todas as ambições; onde tudo está gelado, exceto o egoísmo: tu vais, como uma folha no meio da floresta batida pelos ventos do inverno, e talvez tenhas de perder-te antes de ser ouvido, como um grito no meio da tempestade.

Vai; nós te enviamos cheios de amor pela pátria, de entusiasmo por tudo o que é grande e de esperanças em Deus e no futuro.

Adeus!

Paris, julho de 1836.

(MAGALHÃES, 1836).

Além de Sérgio Buarque de Holanda, Bernardo Ricupero (2004, p. XX) também afirma que “O problema da geração romântica é, além do mais, duplo: político e cultural. O que é, contudo, menos simples é determinar onde começa o cultural e termina o político para esses homens, que, a partir de Estados em vias de serem estabelecidos, pretendem forjar nações.” A despeito da dificuldade, somos levados à interrogação acerca da ascensão do nosso Romantismo naquele período de instabilidade política. Da então recém-criada trincheira literária do Romantismo, Magalhães, refletindo sobre aquele momento, declara ter esperanças em Deus e no futuro, a fim de “desenvolver todos os elementos da civilização” (MAGALHÃES, 1978, p. 144), porque “Cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma nação

é engrandecer-se” (MAGALHÃES, 1978, p. 144). Segundo João Cezar de Castro Rocha (1999, p. 32-33), Magalhães não dá ponto sem nó:

Não é difícil compreender essa estratégia: o território-continente nunca esteve tão próximo da fragmentação que gerou inúmeras repúblicas latino-americanas. Por isso, a confiança no futuro pretendia oferecer uma alternativa à conturbada cena contemporânea. E o melhor modo de assegurar o futuro parecia residir no esquecimento das divergências do momento em favor do realce de um fator que pudesse ser apresentado como denominador comum. Esse fator era o espírito nacional. Não a nacionalidade instável das sedições regenciais, mas a que seria construída durante o Segundo Reinado (1840-1889).

Ao evitar o pomo da discórdia regencial, declarando-se cristão, Magalhães põe-se ao lado daqueles que se acastelavam em torno das Luzes mitigadas. Com isso, Magalhães punha-se ao lado dos filósofos da ordem, para quem as mudanças sociais não poderiam ser bruscas. Aliás, nenhum romântico da geração de 1836 reclama da posição política do autor. Portanto, Magalhães não seria o único romântico a sustentar tal opinião em favor da solução encontrada pela elite nacional. Com base numa noção de história e progresso lineares, a geração de 1836 esquiva-se da luta de classes em curso naquela quadra da história nacional e, ao ocultá-la do debate, opta pelo *caminho da evolução do espírito nacional*, o que vai ao encontro da ilustração de caráter conservador, que tinha a educação liberal como meio de evolução social e forma de evitar o embate de classe:

Se compararmos o atual estado da civilização do Brasil com o das anteriores épocas, tão notável diferença encontraremos como se entre o fim do século passado e o nosso tempo presente ao menos um século medeara. Devido é isso a causas que ninguém ignora. Com a expiração do domínio português muito se desenvolveram as ideias. Hoje o Brasil é filho da civilização francesa, e como Nação é filho dessa revolução famosa que abalou todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis. (MAGALHÃES, 1978, p. 149).

Em vez da referida esperança em Deus e no futuro, como fez no prefácio aos *Suspiros*, Magalhães destaca, em seu artigo da *Niterói*, o papel das ideias revolucionárias da França, para, ao mesmo tempo, no prefácio aos *Suspiros*, não tomar o partido dos revoltosos que lutavam pela repartição da púrpura e do cetro nacional. Ora, como explicar tal posição política?

Esquecimento [Magalhães é] motivado por um princípio muito claro de seleção: recordam-se os fatos que favorecem a unidade nacional, olvidam-se os acontecimentos que a comprometem. [...], a fim de excluir todos os fatos que não interessam à idealização do espírito nacional. Por isso, era necessário esquecer a conturbada cena das sedições regenciais, de modo a focalizar os esforços na imagem idealizada do futuro promissor da nacionalidade fortalecida. (ROCHA, 1999, p. 41).

A Gonçalves de Magalhães coube a estratégia do esquecimento, na prática com *Suspiros* e na teoria com *Niterói*, como forma de contornar o conteúdo revolucionário dos ideais franceses em solo nacional, dando assim conta do anúncio do Romantismo pátrio num período periclitante da então recente história brasileira. Assim, o que lá foi crítica; aqui foi conformação... Para Pinassi (1998), a estratégia de caráter moral teria vindo a calhar: evitando-se o embate de classes sociais inconciliáveis, os autores teriam optado pelo apelo à moral cristã como forma de renovação das ideias nacionais – “Conscientes das dificuldades, constroem um discurso essencialmente persuasivo, no qual se mascaram as complexidades e contraditoriedades inerentes à sociedade de classes, cuja defesa se baseia em liames morais e espiritualistas de extração cristã” (PINASSI, 1998, p. 23-24).

Como dizíamos, essas estratégias – do esquecimento voluntário e de ocultação das classes sociais em conflito de interesses, ao mesmo tempo em que confiam na moral cristã como saída – redundam na promoção do espírito nacional (em vez da declarada luta de classes em curso no país). Essa síntese conciliatória está mais bem delineada no prefácio aos *Suspiros poéticos e saudades* que na revista *Niterói*:

Ora, nossa religião, nossa moral, é aquela que nos ensinou o Filho de Deus, aquela que civilizou o mundo moderno, aquela que ilumina a Europa e a América: e só este bálsamo sagrado devem verter os cânticos dos poetas brasileiros. [...] Antigos e safados ornamentos, de que todos se servem, a ninguém honram. (MAGALHÃES, 1836).

Ademais, a saída religiosa ratificava o quinto artigo da Constituição de 1824: A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo. Ao cabo, a geração de 1836, os corcundas e os constitucionais hasteavam a mesma bandeira: a religião deveria ser uma das garantias da formação de bons cidadãos.

Em *Consciência conservadora no Brasil*, Paulo Mercadante (1972, p. 1-2) apresenta uma explicação bastante razoável a respeito dessa postura política dos nossos românticos: “Ao invés de considerar a sociedade e o Estado como resultantes de relações contratuais, o romantismo via-os como unidade espiritual. Preferia as mudanças imperceptíveis, que se acumulavam silenciosamente, repelindo as transformações violentas provocadas pelas rebeliões”. Em seguida, buscando compreender o desenvolvimento do espírito nacional por meio de conciliações com o conservadorismo político brasileiro, Paulo Mercadante (1972) passa a explicar a influência do ecletismo filosófico sobre a inteligência oitocentista que se propunha à renovação das ideias: “No ecletismo filosófico de Victor Cousin o espírito nacional iria encontrar as bases teóricas para formular a sua ideologia. O compromisso seria, em grande parte, com o espiritualismo nele contido. Trata-se, sem dúvida, de um recurso do próprio século XIX aqui produzido [...] por uma minoria sábia” (MERCADANTE, 1972, p. 2-3).

A propósito dessa “minorias sábia”, Pinassi (1998) assinala que a elite nacional, pelo menos aquela que se encontrava no Rio de Janeiro, era adepta das novidades europeias na cultura, para promoção da civilização brasileira, mas essas novidades não chegariam necessariamente à base da sociedade brasileira, então fincada no mesmo modelo da economia colonial. Daí o mérito da geração de 1836, que se propôs a enfrentar a Hidra de Lerna brasileira, cujo apreço pelas coisas estrangeiras dava a ela, a despeito da barbárie latifundiária, um verniz de superioridade, sobretudo à elite do Rio de Janeiro:

Um fato interessante sucede com a produção de café substituindo a de açúcar na região fluminense: enquanto esta era formada de uma aristocracia genuinamente rural, de origem e caráter colonial, insulada e ignorante, aquela se vê impregnada dos novos valores imperiais e procura unir o interior à Corte. Essas famílias promoviam inúmeras reuniões culturais em suas fazendas de café, localizadas em vários municípios da província do Rio de Janeiro. [...] No entanto, nesses salões de caráter mundano, revestidos de pompa e luxo, jamais se articulava qualquer pronunciamento a respeito da escravidão no Brasil. (PINASSI, 1998, p. 59).

Mas não se pode esperar que a França revolucionária aceite a independência de uma colônia – a do Haiti, por exemplo – sem resistência. Porque, de uma perspectiva classista, as classes sociais, bem como os países na divisão internacional do trabalho, não se baseiam no lema da bandeira francesa, mas sim em interesses, materiais e comerciais, bem concretos. Sendo assim,

é natural que a minoria sábia – ou a boa sociedade, na expressão da época – buscasse a mediação entre as novidades estrangeiras e a realidade pátria, mas o fizesse de modo que o denominador comum não lhe fosse prejudicial, nem na economia, nem na cultura. E o Romantismo brasileiro, que faz parte desse processo de renovação cultural, sendo fruto dessa mesma sociedade, não poderia cair longe de sua árvore, a ilustração de caráter conservador, ou, simplesmente, o Iluminismo mitigado. Essa síntese – denominador comum benéfico aos interesses das classes dominantes – parece estar materializada no conteúdo da revista *Niterói*, bem como nas referidas publicações de Magalhães: busca-se a renovação de ideias de toda sorte que pudessem aperfeiçoar o país em *Niterói*, ao passo que o prefácio de *Suspiros* volta-se, no plano cultural, à moral cristã como forma de resolver o conflito social; buscando conciliar o inconciliável, que é a desigualdade social como forma de manutenção do bem-estar material das elites nacionais. Politicamente, tal posição puxaria o freio de mão do referido carro revolucionário.

Mas, para ser justo com a geração de 1836, nem sempre foi assim: “Nem Magalhães, nem Porto Alegre, nem Torres Homem tiveram origem social em famílias ricas, tradicionais, oriundas da aristocracia agrária, da qual foram, ao menos durante a juventude, opositores eloquentes” (PINASSI, 1998, p. 47-48). Entretanto, por influência da educação formal, os autores tanto ascenderam socialmente como transformaram-se politicamente:

Entre a pequena burguesia urbana parece emergir uma rebeldia, uma criticidade mais ou menos contundente em relação à sociedade brasileira da época. Opunham-se à aristocracia agrária e abraçavam ideias favoráveis tanto à abolição do tráfico de escravos como à nacionalização do comércio. Mas, diferenças distinguem os elementos remanescentes dessa difusa origem social formada à sombra do poder liberal-escravista, de lojistas, artesãos, soldados, profissionais liberais e funcionários públicos. Parte deles adere ou simplesmente apoia, em todo o país, as causas dos movimentos insurrecionais, entre as quais a luta pela reforma agrária.

Outros, como é o caso dos redatores da *Niterói*, além do acesso à cultura ilustrada dos meios cariocas e da prática política de bastidor, se incluem entre a pequena burguesia radicalmente avessa aos levantes armados – na medida em que ameaçavam a manutenção da unidade nacional –, abstendo-se do confronto com a propriedade fundiária e limitando-se a defender medidas de modernização racional da produção agrícola. (PINASSI, 1998, p. 41-42).

Além da educação formal, a cidade do Rio de Janeiro e os laços de amizade seriam fatores preponderantes para mudança de posição política dos referidos românticos:

A ambientação carioca, avessa às rupturas radicais, deu a Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem suas primeiras lições de civismo. Foi na cidade do Rio de Janeiro, olhando o Brasil a partir de si mesma, que eles deram formato às suas mais tenras ideias. Com a visão deslumbrada pelo magnetismo civilizatório, circunscrito às fronteiras da capital – neutra e desenvolvida, anteviram as potencialidades de um mundo novo, promissor, moderno; um mundo predisposto a renovar-se independentemente das condições adversas pelo atraso, pelo isolamento social, pela mentalidade colonial e escravocrata emitidas pela quase totalidade da realidade do país. [...] Dessa forma, uma configuração do Rio de Janeiro é essencial ao entendimento do conteúdo da revista *Niterói*.

Seus laços de amizade se estreitaram antes da viagem para a Europa; conheceram-se e conviveram no mesmo ambiente cultural, social e literário do Rio de Janeiro que, apesar de intenso e agitado, era pouco numeroso. Por afinidades de gosto e de origem social, atraíram-nos as mesmas ideias, os mesmos locais, os mesmos homens que, neles, sentiram uma promessa, uma esperança de renovação intelectual e realização das aspirações liberais. Tudo indica, porém, que o pleno desfrute das ideias e hábitos estrangeiros, adquiridos nos seminários, academias, salões e livrarias que frequentaram, tenha forjado neles uma consciência arrevesada da realidade brasileira. E, muito provavelmente, a Europa veio reforçar esse olhar elitizado, marcado por uma estética que não refletia o Brasil real, mas tão-somente a assepsia e a neutralidade promovidas no município do Rio de Janeiro. (PINASSI, 1998, p. 47-48).

Um exemplo do benefício dessas relações é a participação de Evaristo da Veiga na ida dos jovens românticos ao estrangeiro: ajudou financeiramente Porto Alegre e Torres Homem durante os preparativos da viagem a Paris. Mas, a bem da verdade, nem tudo são flores: uma vez em Paris, Gonçalves de Magalhães e Torres Homem vão perder, paulatinamente, o apoio do chefe imediato, Luís Moutinho, então desconfiado da lealdade dos jovens, o que vai acarretar o fim da *Niterói*:

Anunciamos ao público com mágoa e pesar, que vai ser interrompida a publicação desta Revista por motivos superiores, e independentes dos seus Redatores. Não podendo tão árdua tarefa ser sustentada por uma só pessoa, e tendo sido separadas aquelas que a esta empresa se votaram; impossível é o continuar. Esperamos com tudo que, no seio do nosso país, reunidos, se nada houver que se oponha ao nosso ardente desejo de vermos o nosso país marchar na estrada da civilização e do progresso, que parece hoje obstruída, continuaremos a sacrificar os nossos estudos em proveito do país, sem esperança de outra recompensa que a satisfação de haver-nos lançado uma pedra para o edifício da nossa ilustração. (MAGALHÃES; TORRES HOMEM; PORTO-ALEGRE, 1978, p. 261-262).

Curiosamente, a desconfiança patronal acerca da posição política dos jovens românticos de 1836 assemelha-se, em escala bastante inferior, ao temor governamental durante a regência, então preocupado em parar a marcha do carro revolucionário no país. Foi-se a revista, mas seus autores foram exitosos na carreira profissional, sobretudo se tomarmos a classe social original como referência... Quanto à revista, outras publicações virão no início do Oitocentos brasileiro, assim como tinham vindo antes da *Niterói*, mas coube a ela, segundo consenso entre historiadores da literatura, o papel de lançar as premissas do moderno sistema literário brasileiro, isto é, sugerir aos agentes do futuro sistema local um meio de se realizar a promoção da literatura nacional, a fim de dar originalidade e autonomia ao espírito nacional.

Mas, além da participação voluntária da geração de 1836, a promoção da reforma romântica num tom conciliatório deve-se, também, à participação e aproximação de Dom Pedro II dos intelectuais românticos, bem como daqueles que participaram do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB):

Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, d. Pedro II tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural. [...]

D. Pedro e a elite política da corte se preocupavam, dessa maneira, com o registro e a perpetuação de uma certa memória, mas também com a consolidação de um projeto romântico, para a conformação de uma cultura “genuinamente nacional”. [...]

Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia. O romantismo aparecia como o caminho favorável à expressão própria da nação recém-fundada, pois fornecia concepções que permitiam afirmar a universalidade mas também o particularismo, e portanto a identidade, em contraste com a metrópole, mais associada nesse contexto à tradição clássica. O gênero vinha ao encontro, dessa maneira, do desejo de manifestar na literatura uma especificidade do jovem país, em oposição aos cânones legados pela mãe-pátria, sem deixar de lado a feição oficial e palaciana do movimento. (SCHWARCZ, 1998, p. 128).

Nesse sentido e a despeito da conciliação dos primeiros românticos com a ordem então em construção, vale lembrar que a independência política do país realizar-se-ia com o auxílio das classes latifundiárias por causa da falta de uma burguesia nacional capaz de dar conta do recado, de modo que caberia à burguesia emergente o papel de coadjuvante no processo de emancipação nacional: apoia-se os grandes proprietários, ao tempo que em se buscaria orientá-los, a fim de que seguissem a política das civilizações modernas, então inspiração dos patriotas em busca do progresso da civilização brasileira – eis a síntese conciliatória dos românticos com os donos do poder. E assim se fez: evitou-se a revolução genuína e a fragmentação nacional em repúblicas. O Brasil real, por outro lado, continuou a ver navios... vítima de uma política econômica voltada ao que atualmente se chama de agronegócio.

Com essa exposição, espera-se a compreensão de que “O desejo patriótico de dotar o país de mais um melhoramento do espírito moderno [...] e nenhuma brisa de revolta social” (SCHWARZ, 2000, p. 25) representaria a tendência conciliatória da política nacional e do Romantismo nacional. Assim, se a conciliação é uma constante da política nacional, deitando raízes na história brasileira, a ponto de afetar o homem de letras posterior à Independência, como podemos esperar que aqueles que, apoiados pelos filósofos da ordem, anunciassem um Romantismo contrário à conciliação, que apoiasse publicamente os revoltosos durante a regência, bem como anunciasse aos literatos do futuro o caminho da insurreição? Em vez de revolta, acomodação e, ao mesmo tempo, fé no futuro nacional.

Considerando o contexto de ascensão de nosso Romantismo, não é de estranhar o alinhamento político da geração de 1836. Afinal, desde a revolução de 7 de abril, as palavras de Evaristo da Veiga, tornaram-se a regra, pelo menos até o ocaso do Império: “Nada de jacobinismo de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada – é a da Constituição” (VEIGA, 1828 apud SOUSA, 2015, p. 58). Assim, em vez de oposição à ordem social, predomina, nas letras a partir de 1836, o início de uma espécie de parceria entre o Estado-nacional em formação e o homem de letras, com exceções, claro, mas com ênfase na relação do indivíduo com o Estado Nacional a ser construído com sua colaboração. Se os jesuítas deram aos índios as primeiras lições de civilidade, caberia à geração de 1836 tarefa análoga, mas agora consoante aos tempos modernos.

Esse consórcio, aliás, está materializado na medalha da Ordem da Rosa – “Em geral todos os serviços de que resultar notável e assinalada utilidade à religião, à humanidade e ao Estado [...]” (MASSA, 2009, p. 481). Ela, que seria rejeitada por um José de Alencar, parece ser a síntese material desse acordo entre as partes, isto é, a representação, oficial e ratificadora, do consórcio entre a literatura e a política, transformando a moderna literatura brasileira, pelo menos a de caráter oficial e palaciano, num braço aliado da política imperial, de modo análogo à Guarda Nacional, criada em 1831, ao passo que a medalha – o símbolo do pacto de conciliação com o governo – fora criada em 1829. E o Romantismo, como se sabe, em 1836 – criações, portanto, dentro de um período de inflexão da história nacional.

Se as sucessivas crises do período regencial não levaram os românticos a pegarem em armas para a defesa do território, como foi o caso das forças militares, nem por isso deixaram de

fazê-lo programaticamente, isto é, na criação de um ponto de partida para o processo de modernização do espírito nacional:

Nesse sentido, o romantismo e os românticos representam a consciência crítica da nacionalidade nascente; foram os educadores de uma consciência nacional que era, ainda, mais uma aspiração do que uma realidade. Trata-se, na construção dessa nacionalidade, não apenas de realizar uma tarefa política e econômica, mas de acompanhá-la por uma obra espiritual, por um trabalho de formação, que é obra de poetas, de literatos e de ‘filósofos’, tanto quanto de estadistas, e que tem, antes e acima de tudo, um sentido eminentemente “pedagógico”, no mais alto significado desta expressão. (BARROS, 1973, p. XVIII).

Posto isso, chegamos ao final desse estudo com um breve comentário sobre a posição de dois dos maiores escritores do Oitocentos: se é verdade que José de Alencar pode se dar ao luxo de dispensar a medalha da Ordem da Rosa, também é verdade que Machado de Assis a recebeu de bom grado, bem como é verdade que *Ressurreição* (1872), seu romance de estreia, está filosófica e moralmente alinhado com o sentido conservador de nosso Romantismo. Não se trata de afirmar, ainda que pelo avesso, que estaria mais alinhada que a produção de José de Alencar. Trata-se de apontar para uma compreensão, talvez mais fidedigna, do primeiro romance de Machado de Assis, costumeiramente maltratado pela crítica e lido em comparação com Dom Casmurro.

Em suma, em *Ressurreição* (1872) não há um personagem, sobretudo feminina, que desrespeite a religião para valer; não há nenhuma crítica à família, não há nenhuma crítica à monarquia; por outro lado, há um coronel do exército, pai de família irrepreensível, longe de ser obtuso como alguns militares são, que se chama Morais, o coronel Morais. Honestamente, poderia haver, naquela e nesta quadra da história, melhor representante do Brasil oficial? Vale lembrar: acabara a Guerra do Paraguai em 1870, o romance é publicado em 1872 e o seu tempo histórico é 1865 – um ano depois da deflagração da Guerra. Pelo exposto, é natural que não haja qualquer brisa revolucionária no romance de estreia, porém não faltam homenagens à moral dominante, bem como há uma espécie de tsunami religiosa em favor dos costumes locais, dos maridos, dos pais, da família, da castidade e da religião católica, que transforma o enredo do romance num campeonato de virtudes, sobretudo virtudes femininas. Nada mais longe da realidade, mas nada mais próximo das tendências da literatura apoiada pelo Império.

Por isso, em *Ressurreição*, os personagens, sobretudo os femininos, tendem à perfeição, no referido campeonato de virtude. *Ressurreição* é, portanto e de modo propositado (porque seu autor deixou claro o seu repúdio à literatura de escândalo<sup>2</sup>), um quadro do Brasil oficial. Um dos possíveis motivos desse quadro merece outro trabalho, mas por ora basta dizer o seguinte: enquanto a juventude, no dizer de Silviano Santiago (2006), deliciava-se com as páginas de Madame Bovary, então um romance não recomendável para os padrões da época, sobretudo o da família brasileira, Machado de Assis parece ter proposto, numa sacada literária e comercial com seu editor Garnier, também dono do *Jornal das Famílias*, uma espécie de bovarismo por subtração do elemento transgressor, isto é, em lugar de traição aos costumes, respeito acima de tudo, com personagens exemplares, de ambos os sexos, mas sobretudo o feminino<sup>3</sup>.

---

2. Em carta a José Carlos Rodrigues, Machado desculpa-se pela suposta falta de decoro de uma página de *Ressurreição*: “Aborreço a literatura de escândalo, e busquei evitar esse escolho em meu livro. Se alguma coisa me escapou, espero emendar-me na próxima composição” (ASSIS, 1962, p. 1032).

3. “Machado de Assis, em 1873, tomava inclusive posição reacionária com relação aos jovens brasileiros e à literatura de vanguarda que se fazia na Europa” (SANTIAGO, 2006, p. 431).



Artisticamente questionável, porque ia na contramão das novidades da década de 1870, pode-se argumentar com razão; porém política e comercialmente perspicaz, porque o primeiro romance do Cavaleiro da Ordem, colaborador do *Jornal das Famílias*, polemista de “Confissões de uma viúva moça”, não deixaria a desejar em sua estreia romanesca: “Sou o autor do romance que, com este título, publica atualmente o *Jornal das Famílias*. Peço ao Sr. Caturra que aguarde o resto do escrito para julgar da sua moralidade, – sem o que, qualquer discussão será inútil” (ASSIS, 1865 apud GRANJA, 2008, p. 26). Com o sucesso dos romances libertinos, a preocupação com a moralidade das letras volta à cena. Como se sabe, o *Jornal das Famílias* dedicava-se à literatura abonadora dos costumes locais. Daí o pedido de Machado de Assis: aguardemos até o final para decidir se o referido conto seria ou não imoral. De qualquer modo, nota-se o tema em discussão, o risco que há na leitura de literatura.

Em seu primeiro romance, as personagens femininas de *Ressurreição* podem se dedicar à leitura de literatura, porque estão longe da ignorância das mulheres da colônia, bem como estão distantes da influência estrangeira, porque sabem de cor e salteado o seu devido lugar na sociedade brasileira. Assim, se houve quem dissesse que o mal de Madame Bovary estava na educação, as personagens de Machado são instruídas, mas não são transgressoras, porque não há dúvida de que o livro que lhe fala mais alto é a Bíblia. Por isso, elas não possuem vontade própria – a única que se atreve a tal coisa (Lívia) se dá mal, e por causa disso ressurgem moralmente ao abandonar a vida noturna, a fim de se levantar moralmente por meio da dedicação exclusiva à... maternidade, que lhe serve de consolo e final feliz. Eis o título possivelmente explicado, a *ressurreição* dela é moral, por meio do amor materno dedicado ao menino Luís. Note-se: *ressurreição* através de uma separação amorosa e, ao mesmo tempo, dedicação exclusiva à maternidade, que lhe restitui a dignidade, então ultrajada com as sucessivas acusações disparatadas de infidelidade. Coube a personagem da mulher honesta colocar um ponto final nesta história e se dedicar ao filho, o sagrado fruto do primeiro – e único! – casamento, com o finado, porém não saudoso marido, jamais nomeado no romance.

Como se sabe, o primeiro romance de Machado de Assis não entrou para a lista dos melhores romances do autor, nem se está buscando tal coisa aqui. Busca-se, isso sim, mostrar ao leitor contemporâneo a complexa relação deste romance com a época, fazendo-nos entender seu aspecto de ultrapassado, canhestro, imperfeito pelo tanto de perfeição que há nos personagens. Ora, assim como outros homens de letras da época, Machado de Assis apostava as fichas no Brasil oficial. Não se discute se acreditava ou não nisso, o que nos importa é mostrar que *Ressurreição* estava de acordo com a moral dominante da época.

Para terminar, duas observações: não diríamos que 1836 estaria para o nosso moderno sistema literário como a Constituição de 1824 estaria para a Guarda Nacional; por outro lado, também não diríamos que haveria uma independência total entre as partes, isto é, o ideal cristão, base da reforma romântica brasileira, não teria relação alguma com o predomínio da moral como um dos elementos do sistema literário em vigor durante o Segundo Reinado. Afinal, como explicar que o sistema literário brasileiro ainda esteja às voltas com a moralidade, o decoro e o respeito à moral durante a década de 1870?

O estudo das fontes parece nos dizer justamente o contrário: o moderno sistema literário brasileiro revela, por meio da pena de mais de um autor, a longa duração do ideal artístico defendido a partir de 1836 – nas palavras dos autores da *Niterói*, “lançada uma pedra para o edifício da nossa ilustração”. É verdade que a adoção de tal critério não é nenhuma novidade nas letras, porque é bastante antigo; no entanto, a despeito da falta de originalidade dos nossos primeiros românticos, o que nos interessa é a sincronia entre literatura e política, com o propósito de dar

início ao processo de civilização do país recém-independente, com base em alguns critérios, dentre eles, o moral, que, por sua vez e como vimos, está alinhado com a ordem constitucional.

A segunda – e última – observação com a qual chegamos ao fim deste estudo tem a ver com o interesse dos primeiros românticos em contribuir com o processo de construção da civilização brasileira. Os estudiosos afirmam os predicados do empreendimento dos autores responsáveis pela publicação da revista *Niterói*: artigos variados, que vão desde economia política, a fim de tornar o país soberano, até reforma cultural, que supostamente colocaria o país nos trilhos das civilizações mais adiantadas – tudo por meio da reforma das ideias, então supostamente arraigadas no obscurantismo colonial. Contudo, num país forjado para prover os países metropolitanos com matéria-prima, o que era sobejamente sabido, fica a questão: se a Inglaterra teve de se haver com uma revolução nacional de verdade, os Estados Unidos da América com a sua, bem como a França com a dela, por que ao Brasil seria facultado o direito de se tornar um país plenamente soberano e desenvolvido, pelo simples poder da reforma das ideias, sem sequer ter feito uma reforma material, como a reforma agrária, tão crucial ao desenvolvimento da economia capitalista independente?

Por um lado, a história nos ensina que a mão do homem de letras não foi suficiente para determinar os rumos da nação, mas ainda assim os nossos primeiros românticos tiveram o mérito de lançar a pedra fundamental de um projeto (formação moral do indivíduo) que ainda encontra bastante acolhida entre nós. Por outro lado, e próximos à possibilidade de reeleição de Jair Bolsonaro, do que nos adiantará defender a educação abstratamente como forma de reverter o quadro nacional se a política econômica do país permanecer em torno do latifúndio, por exemplo? Dessa página da história parece ficar a seguinte lição aos brasileiros de hoje, mas sobretudo aos educadores preocupados com o rumo do país: ou reformas estruturais ou paciência (com a barbárie do subdesenvolvimento)...

## Referências

AMORA, Antônio Soares. *O romantismo (1833-1838/1878-1881)*. São Paulo: Cultrix, 1977. (Coleção A literatura brasileira, v. 2).

ARAÚJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo na formação do Império do Brasil: autoconsciência moderna e historicização. *Revista de História*, São Paulo, n. 159, p. 107-134, 2008.

ASSIS, Machado de. Correspondência. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. v. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. p. 1031-1032.

ASSIS, Machado de. Epistolário. A José Carlos Rodrigues, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1873. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. v. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. p. 1031-1032.

ASSIS, Machado de. *Obra completa*. v. 4. Organização editorial: Aluizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn e Rodrigo Lacerda. São Paulo: Nova Aguilar, 2015b.

ASSIS, Machado de. Ocidentais. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. v. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. p. 149-179.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo brasileiro*: Gonçalves de Magalhães. São Paulo: Grijalbo: Edusp, 1973.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-1889, v. 2). p. 225-280.

- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira*. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-1889, v. 2). p. 83-129.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1995.
- GRANJA, Lúcia. Novas confissões sobre um conto polêmico de Machado de Assis. *Machado de Assis em linha*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 19-28, jun. 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio literário. In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: INL, 1986.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Rio de Janeiro: Casa do Senhor João Pedro da Veiga; Paris: Dauvin et Fontaine, 1836.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de; TORRES HOMEM, Francisco de Salles; PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Niterói, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*, São Paulo, Tomo Primeiro, n. 1, 1978 [1836].
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de; TORRES HOMEM, Francisco de Salles; PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Niterói, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*, São Paulo, Tomo Primeiro, n. 2, 1978 [1836].
- MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 785-830.
- MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis, 1839-1870: ensaio de biografia intelectual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Squarema*. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes; Brasília, DF: INL, 1977.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy*, Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2004.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1970)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHA, João Cezar de Castro. História. In: JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 31-63.
- SANTIAGO, Silviano. Jano, janeiro. *Teresa: Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, v. 6/7, n. 1, p. 429-452, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um monarca nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II – Formando uma cultura local: “A ciência sou eu”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 125-158.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. Considerações econômicas sobre a escravatura. *Nitheroy, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes*, Paris, t. 1, n. 1, 1836.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1998.